



2º SIMULADO CONCURSO

**TJ GO JUIZ**

## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso do TJ GO Juiz.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos dos programas dos editais dos concursos.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil das bancas organizadoras dos concursos.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la e corrigir os erros.

### PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-TJ-GO-Juiz-20-06-21>



Cartão de Respostas								
1		21		41		61		81
2		22		42		62		82
3		23		43		63		83
4		24		44		64		84
5		25		45		65		85
6		26		46		66		86
7		27		47		67		87
8		28		48		68		88
9		29		49		69		89
10		30		50		70		90
11		31		51		71		91
12		32		52		72		92
13		33		53		73		93
14		34		54		74		94
15		35		55		75		95
16		36		56		76		96
17		37		57		77		97
18		38		58		78		98
19		39		59		79		99
20		40		60		80		100

**PROVA OBJETIVA****DIREITO CIVIL**

Paulo Sousa

**01.** O Direito brasileiro distingue validade e vigência, e, em alguma medida, eficácia. A lei pode ser válida, mas ainda pendente de vigência; bem como pode ser vigente, mas não eficaz. Se a lei entra em vigor na data de sua publicação, não há que se falar em *vacatio legis*, pelo que a norma vigora, de fato, imediatamente. No entanto, a LINDB traz regra específica para o caso de omissão, caso em que a lei começa a vigorar em todo o país:

- a) cento e oitenta dias após a sua publicação oficial.
- b) quarenta e cinco dias após sancionada pelo Presidente da República.
- c) noventa dias a contar de sua publicação oficial.
- d) quando Estado estrangeiro, noventa dias depois de oficialmente publicada.
- e) quarenta e cinco dias após a sua publicação oficial e, quando em Estado estrangeiro, três meses depois de oficialmente publicada.

**02.** John, nascido na Inglaterra, veio ao Brasil aproveitar o evento da Copa do Mundo de 2014, época em que conheceu e se apaixonou por Maria. Logo depois de voltar para sua terra natal, decidiu se mudar para o Brasil, aqui estabeleceu domicílio e, então, casou-se com Maria nessa ordem. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) no ato do casamento, observou-se a lei inglesa quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração, já que John ainda não possuía cidadania brasileira.
- b) se antes de casar os nubentes tivessem domicílio diverso, os casos de invalidade do matrimônio seriam regidos pela lei do último domicílio conjugal.
- c) o regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.
- d) caso Maria também fosse estrangeira, o casamento só poderia ser realizado perante autoridade consular inglesa se Maria também fosse natural da Inglaterra.

e) o casamento apenas poderia ser realizado na Inglaterra, sendo nulo aquele ocorrido entre pessoas que não são naturais do Brasil ou mesmo naturalizadas.

**03.** Sem sentença penal condenatória transitada em julgado, o preso provisório possui domicílio:

- a) necessário, sendo esse o da própria prisão em que está.
- b) necessário, sendo esse o da sua residência.
- c) especial.
- d) voluntário, cabendo à autoridade do sistema prisional respectivo determinar qual.
- e) voluntário, aplicando-se ao preso provisório a regra geral do domicílio da pessoa natural.

**04.** Em relação à capacidade civil, é correto afirmar que:

- a) a emancipação legal depende de registro em cartório cível.
- b) a emancipação é passível de retratação e revogação a qualquer tempo.
- c) a emancipação voluntária não afasta a responsabilidade dos pais por eventuais danos causados pelo filho emancipado.
- d) o menor de dezesseis anos pode ser emancipado em razão do casamento.
- e) a emancipação em razão do casamento não depende de registro em cartório cível.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

**05.** Em relação à compra e venda, assinale a alternativa correta:

a) a venda de bem entre ascendente e descendente, por meio de interposta pessoa, é ato jurídico anulável, aplicando-se o prazo decadencial de 2 (dois) anos previsto no art. 179 do Código Civil;

b) a venda de bem entre ascendente e descendente, por meio de interposta pessoa, é ato jurídico anulável, aplicando-se o prazo prescricional de 2 (dois) anos previsto no art. 179 do Código Civil;

c) é nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido;

d) podem ser comprados em hasta pública, pelos tutores, curadores, testamenteiros e administradores, os bens confiados à sua guarda ou administração;

e) é anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante houverem, ainda que de forma tácita, consentido.

**06.** Em relação ao condomínio edilício e às obrigações relativas aos condôminos, é correto afirmar que:

a) o imóvel gerador dos débitos condominiais pode ser objeto de penhora em cumprimento de sentença, ainda que somente o ex-companheiro tenha figurado no polo passivo da ação de conhecimento;

b) é direito do condômino contribuir para as despesas do condomínio na proporção das suas frações ideais;

c) apesar das limitações legais às alterações estéticas da edificação, é permitido que o condômino altere a forma da fachada, não sendo permitido que altere a sua cor;

d) as despesas relativas a partes comuns de uso exclusivo de um condômino devem ser incluídas no cálculo da taxa condominial, já que é custo distribuído entre todos;

e) o prazo prescricional para cobrar taxas condominiais é de dez anos, pois não há previsão específica no Código Civil.

**07.** Em relação à mora, é correto afirmar que:

a) apenas o devedor poderá estar em mora;

b) apenas o credor poderá estar em mora;

c) não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora;

d) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde a interpelação judicial ou extrajudicial;

e) não havendo termo, a mora se constitui exclusivamente mediante interpelação judicial.

**08.** Assinale a alternativa que corretamente avaliar as afirmativas abaixo

I - Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições física ou juridicamente impossíveis, quando resolutivas.

II - Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei atualmente vigente.

III - A pessoa jurídica restará obrigada pelo negócio jurídico resultante de ato de seu administrador, ainda que esse ato tenha excedido o limite definido em seu ato constitutivo.

a) são verdadeiras as afirmativas I e III;

b) são falsas as afirmativas I e II;

c) todas as afirmativas são falsas;

d) todas as afirmativas são verdadeiras;

e) são verdadeiras as afirmativas I e II.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

**09.** José firmou contrato de compra e venda de uma prensa térmica com a empresa “Camisas e Fotos”, tendo parcelado o pagamento em cinco anos. A máquina serviria personalizar camisas para venda, tudo com o exclusivo intuito de gerar renda familiar, já que antes não existia. Em razão da importância da máquina, José deu em garantia o seu único bem: o imóvel em que morava com a família.

Passado um tempo do início da produção das camisas, o negócio não evoluiu como planejado e José não teve condição de adimplir o contrato. Em razão do inadimplemento, a empresa “Camisas e Fotos” ajuizou execução do valor e, não sendo possível encontrar outros bens, requereu que fosse utilizada a garantia para o adimplemento.

Quanto a essa situação e com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- a) o bem de família é impenhorável em qualquer situação;
- b) o bem de família indicado é impenhorável, sendo nula a cláusula de garantia do contrato;
- c) é possível que o bem sofra os efeitos da execução, já que não se aplicará a impenhorabilidade ao caso;
- d) a impenhorabilidade somente será afastada se a garantia feita constar no registro do imóvel;
- e) o bem de família indicado é impenhorável, sendo anulável a cláusula de garantia do contrato em razão de erro.

**10.** Em relação ao contrato de depósito, é incorreto afirmar que:

- a) no depósito voluntário, recebe o depositário um objeto móvel, para guardar, até que o depositante o reclame;
- b) é depósito necessário o que se faz em desempenho de obrigação legal;
- c) é depósito necessário o que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio ou o saque;
- d) o depósito voluntário provar-se-á por testemunho;
- e) o depósito necessário não se presume gratuito.

**11.** Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que:

- a) será subjetiva, em qualquer situação;
- b) seria objetiva, bem como a do agente omissivo;
- c) é excluída quando verificada a culpa exclusiva do agente;
- d) é objetiva quando relativa a atividade naturalmente perigosa;
- e) inexistente, pois apenas há responsabilidade pelos atos comissivos.

**12.** O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto, perfazendo-se com a tradição do objeto. Em relação a essa modalidade de contrato, é correto afirmar que:

- a) se não tiver prazo convencional, restará presumido que será pelo tempo necessário para o uso concedido;
- b) o comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada;
- c) se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, serão individualmente responsáveis por esta em relação ao comodante;
- d) os tutores poderão dar em comodato bens confiados à sua guarda independentemente de autorização especial;
- e) o caso fortuito ou a força maior são hipóteses em que poderá se eximir o comodatário de responder por danos ao comodante em qualquer hipótese.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Rodrigo Vaslin

**13.** Sobre a denunciação da lide no Código de Processo Civil 2015, é correto afirmar:

- a) A denunciação da lide é obrigatória apenas no caso de evicção.
- b) Permite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra qualquer antecessor na cadeia dominial ou contra quem seja responsável por indenizá-lo.
- c) Se o denunciante for vencedor na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denunciação da lide para aferir eventual responsabilidade regressiva do denunciado.
- d) Procedente o pedido da ação principal, descabe requerimento do autor para cumprimento da sentença também contra o denunciado pelo réu, dado que o denunciado só responde regressivamente perante o denunciante.
- e) A denunciação da lide é facultativa porque o direito de regresso poderá ser exercido por ação autônoma quando a denunciação for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.

**14.** De acordo com o Código Processual Civil (CPC) em vigor, o juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:

- a) O réu for revel e ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova na forma do art. 349, ambos do CPC.
- b) Um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se controverso.
- c) O pedido for indeterminado.
- d) A parte for manifestamente ilegítima.
- e) O autor carecer de interesse processual.

**15.** Sobre a coisa julgada, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando nem beneficiando terceiros.
- b) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- c) Transitada em julgado a decisão, seja ela de mérito ou não, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a

parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

- d) Para sua formação, a decisão judicial deve se fundar em cognição exauriente, uma vez que decisões proferidas em cognição sumária não estão aptas à coisa julgada.
- e) Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, em nenhuma hipótese.

**16.** Assinale a alternativa incorreta:

- a) A legitimidade ad causam é a aptidão para conduzir validamente um processo em que se discute determinada relação jurídica.
- b) O legitimado extraordinário é parte no processo.
- c) A falta de legitimidade extraordinária leva a uma decisão com resolução de mérito.
- d) Havendo substituição processual, e sendo possível identificar o substituto, o juiz deve determinar a intimação deste último para, querendo, integrar o processo.
- e) Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.

**17.** Assinale a alternativa correta a respeito da liquidação de sentença.

- a) Para impugnar a decisão que julgar a liquidação de sentença, pode-se empregar tanto o agravo de instrumento quanto a apelação, sendo possível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal nesse caso.
- b) Não é possível que o magistrado, na fase de liquidação de sentença por arbitramento, acolha as conclusões periciais fundadas em presunções e deduções para a quantificação do prejuízo sofrido pelo credor a título de lucros cessantes.
- c) Não pode ser realizada na pendência de recurso.
- d) A liquidação por cálculo aritmético é feita pelo próprio credor, ao requerer o cumprimento de sentença, não constituindo uma fase específica do procedimento ordinário.
- e) Entende-se que a realização da liquidação de forma diversa da indicada na sentença ofende a coisa julgada.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

**18.** Sobre a intervenção de terceiros, marque a alternativa incorreta:

a) Pode-se destacar os seguintes fundamentos para a intervenção de terceiros no processo: eficiência, duração razoável do processo, concretização do contraditório, bem como a possibilidade de incluir o terceiro nos efeitos da coisa julgada.

b) As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.

c) Nos Juizados Especiais, não se admite nenhuma intervenção de terceiros.

d) No mandado de segurança, admite-se litisconsórcio, mas é vedada a intervenção de terceiros.

e) Na assistência simples, o terceiro tem relação jurídica com uma das partes (assistido), distinta da discutida no processo.

**19.** Acerca da tutela provisória, marque a alternativa correta:

a) A tutela provisória antecipada poderá ser concedida em caráter antecedente, liminarmente e incidentalmente a qualquer tempo, ao passo que a tutela provisória cautelar só poderá ser concedida em caráter antecedente.

b) Se a tutela de urgência for requerida de forma incidental, haverá pagamento de custas.

c) Ao despachar a reclamação, deferida a suspensão do ato impugnado, o relator pode conceder tutela provisória satisfativa correspondente à decisão originária cuja autoridade foi violada.

d) O pedido de antecipação da tutela recursal ou de concessão de efeito suspensivo a qualquer recurso não poderá ser formulado por simples petição.

e) A decisão que julga improcedente o pedido final não gera a perda de eficácia da tutela antecipada.

**20.** Assinale a alternativa correta:

a) A multa do art. art. 77, § 2º, do CPC/2015, relacionada aos atos atentatórios à dignidade da justiça, não se aplica aos juízes, devendo os atos atentatórios por eles praticados ser investigados nos termos da Lei Orgânica da Magistratura.

b) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da parte contrária.

c) Considera-se litigância de má-fé a conduta comissiva ou omissiva do executado que se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos.

d) Nos casos de ato atentatório à dignidade da justiça ocorrido no processo de execução, o juiz fixará multa em montante não superior a dois por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito da União ou Estado.

e) Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa para o ato atentatório à dignidade da justiça poderá ser fixada em até 20 (vinte) vezes o valor do salário-mínimo.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

**21.** Sobre formação, suspensão e extinção do processo, é correto afirmar:

a) Durante a suspensão do processo é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, mesmo no caso de arguição de impedimento e de suspeição, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável.

b) Ocorrendo a morte da parte, se o direito discutido no processo for intransmissível, o processo deve ser extinto com julgamento do mérito.

c) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo de 15 (quinze) dias para que seja sanado o vício.

d) É admissível a emenda à inicial, antes da citação, para a substituição de executado pelo seu espólio, em execução ajuizada em face de devedor falecido antes do ajuizamento da ação.

e) Ocorrendo a morte do advogado do réu, se este não constituir novo mandatário, o juiz ordenará o prosseguimento do processo à revelia do réu. Nesse caso, será gerado o efeito material da revelia ainda que já tenha sido apresentada contestação.

**22.** Sobre a prova testemunhal, assinale a alternativa incorreta:

a) É lícito à parte contraditar a testemunha, arguindo-lhe a incapacidade, o impedimento ou a suspeição, bem como, caso a testemunha negue os fatos que lhe são imputados, provar a contradita com documentos ou com testemunhas, até 3 (três), apresentadas no ato e inquiridas em separado.

b) A intimação será feita pela via judicial quando a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.

c) O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente, primeiro as do autor e depois as do réu, e providenciará para que uma não ouça o depoimento das outras; mas poderá alterar essa ordem se as partes concordarem.

d) Vigora no NCPC o sistema presidencialista, de modo que as perguntas devem ser feitas pelo magistrado, colhendo o julgador de forma pessoal e diretamente a prova.

e) O juiz poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelas partes.

**23.** Sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e o Incidente de Assunção de Competência (IAC), é correto afirmar que:

a) O IRDR e o IAC integram o microsistema de gestão e julgamento de casos repetitivos.

b) O relator não poderá propor, de ofício, o IAC, devendo o mesmo ser postulado apenas pelas partes, Ministério Público ou Defensoria Pública.

c) O IRDR será julgado no prazo de um ano. Superado esse prazo, o incidente será extinto sem resolução de mérito, sem prejuízo de que seja novamente suscitado.

d) Não caberá a instauração de IRDR se já encerrado o julgamento de mérito do recurso ou da ação originária, mesmo que pendente de julgamento embargos de declaração.

e) A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade impede nova suscitação do incidente pelo prazo de 1 (um) ano.

**24.** Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta:

a) Sentença transitada em julgado que tenha sido baseada em transação inválida poderá ser rescindida se o vício for verificado mediante simples exame dos documentos dos autos.

b) É cabível o manejo da rescisória se a decisão de mérito, transitada em julgado, houver sido proferida por juiz impedido ou suspeito.

c) Não é possível a rescisão de decisão transitada em julgado que não tenha decidido o mérito da demanda.

d) O autor deverá depositar a importância de dois por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.

e) O Ministério Público tem legitimidade para propor a ação, se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.



**DIREITO DO CONSUMIDOR**

Igor Maciel

25. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca das relações consumeristas, considere:

I. Configura defeito do serviço, a ausência de informação adequada e clara pelas empresas aéreas e agências de viagem aos consumidores, quanto à necessidade de obtenção de visto (consular ou trânsito) ou de compra de passagem aérea de retorno ao país de origem para a utilização do serviço contratado.

II. As agências de turismo respondem solidariamente pela má prestação do serviço de transporte aéreo na hipótese de compra e venda de passagens sem a comercialização de pacotes de viagens.

III. A ausência de condições dignas de acessibilidade de pessoa com deficiência ao interior da aeronave configura má prestação do serviço e enseja a responsabilidade da empresa aérea pela reparação dos danos causados.

IV. O atraso ou cancelamento de voo pela companhia aérea configura dano moral *in re ipsa*, sendo desnecessária a demonstração, por parte do passageiro, da ocorrência de lesão extrapatrimonial.

V. É abusiva a prática comercial consistente no cancelamento unilateral e automático de um dos trechos da passagem aérea, em virtude da não apresentação do passageiro para embarque no voo antecedente (no show), mas não configura dano moral.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

26. Não representa direito básico do consumidor expresso no Código de Defesa do Consumidor:

a) a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.

b) a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.

c) a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

d) a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, nos processos civil e penal, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

e) a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

27. Fabiano celebrou contrato de promessa de compra e venda de um imóvel, ainda na planta, com a XYZ incorporadora imobiliária. Contudo, a incorporadora passou por dificuldades financeiras, o que atrasou o término da construção do imóvel. Os adquirentes, então, decidiram pela destituição da incorporadora, com a criação da Associação de Adquirentes, e a contratação de uma nova construtora para prosseguir na construção do prédio. Fabiano decidiu, assim, ajuizar ação pedindo a reparação pelos danos materiais, por lucros cessantes e danos emergentes, decorrentes da paralisação na construção e entrega do empreendimento. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) Não serão devidos lucros cessantes, mas eventuais aportes financeiros adicionais assumidos pelos adquirentes a partir da destituição podem ser cobrados do incorporador destituído.

b) Os lucros cessantes são devidos até o dia da contratação da nova construtora e eventuais aportes financeiros adicionais assumidos pelos adquirentes a partir da destituição podem ser cobrados do incorporador destituído.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

c) Não serão devidos lucros cessantes e eventuais aportes financeiros adicionais assumidos pelos adquirentes a partir da destituição não podem ser cobrados do incorporador destituído, sob pena de agravar-se, de forma unilateral, o risco de um negócio originário.

d) Os lucros cessantes são devidos até o dia do ajuizamento da ação e eventuais aportes financeiros adicionais assumidos pelos adquirentes a partir da destituição podem ser cobrados do incorporador destituído.

e) Os lucros cessantes são devidos até o dia da destituição da incorporadora, com a consequente assunção da obra pelos adquirentes, e eventuais aportes financeiros adicionais assumidos pelos adquirentes a partir da destituição não podem ser cobrados do incorporador destituído, sob pena de agravar-se, de forma unilateral, o risco de um negócio originário.

**28.** Segundo o Código de Defesa do Consumidor, acerca da desconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar:

a) A desconsideração apenas não será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

b) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

c) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

d) As sociedades consorciadas só responderão por culpa.

e) As sociedades coligadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

**29.** De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a publicidade que incite a violência é:

a) permitida, desde que não ofenda a moralidade e bons costumes.

b) vedada, por ser enganosa e abusiva.

c) permitida, desde que seja identificada claramente como tal.

d) vedada, por ser enganosa.

e) vedada, por ser abusiva.

**30.** Lucas é cliente de uma operadora de internet e Tv a cabo. Em certo mês, ele recebeu uma fatura cobrando valor superior ao contratado, tendo deixado de pagar e contatado a operadora, requerendo o envio de outra, com o valor correto. Todavia, mesmo reconhecendo a falha, a operadora enviou nova fatura cobrando o mesmo valor em excesso, razão pela qual Lucas novamente se recusou a pagar. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) o consumidor tem direito de receber o dobro do valor cobrado em excesso nas duas faturas.

b) o consumidor não tem direito de receber o dobro do valor cobrado em excesso em nenhuma das faturas.

c) o consumidor tem direito de receber o dobro do valor total da primeira fatura, apenas.

d) o consumidor tem direito de receber o dobro do valor total da primeira fatura, apenas.

e) o consumidor tem direito de receber o dobro do valor cobrado em excesso em cada uma das duas faturas, acrescido de correção monetária e juros legais.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

**31.** Augusto tentou fazer um crediário em determinada loja de departamentos, mas foi informado de que seu crédito não estava aprovado por ter uma restrição no cadastro de maus pagadores, em virtude de uma suposta dívida junto ao Banco Alfa, do qual é cliente há muitos anos e jamais teve qualquer problema desse gênero, uma vez que quita suas pendências sempre de forma pontual. Além disso, nunca recebeu qualquer correspondência acerca de eventual dívida ou inserção em cadastros de proteção ao crédito. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) é indispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação a Augusto sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

b) cabe ao Banco a exclusão do registro da dívida em nome de Augusto do cadastro de inadimplentes no prazo de 5 dias corridos a partir do integral e efetivo pagamento do débito, caso o débito fosse exigível.

c) cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação de Augusto antes de proceder à inscrição.

d) se a inscrição do nome de Augusto fosse devida, poderia ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de cinco anos, porém dependeria tal período de manutenção da prescrição da execução.

e) poderia ser utilizado escore de crédito, método estatístico de avaliação de risco que constitui banco de dados, e dispensa o consentimento de Augusto, que terá o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no respectivo cálculo.

**32.** De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, não representa um legitimado concorrente para promover a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas em juízo:

a) o Ministério Público.

b) a União.

c) o Distrito Federal.

d) as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, desde que com personalidade

jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos dos consumidores.

e) as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este código, dispensada a autorização assemblear.

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Ricardo Torques

**33.** A internação é medida privativa de liberdade orientada pelos princípios da liberdade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que tal medida:

a) não permite a realização de atividades externas.

b) comporta prazo determinado a depender da gravidade do ato infracional praticado pelo adolescente.

c) na falta de vagas em entidades exclusivas para adolescentes, a internação poderá ser cumprida em local destinado ao abrigo.

d) em caso de descumprimento reiterado e injustificável de outra medida imposta anteriormente, o adolescente poderá ser internado pelo prazo máximo de 3 (três) meses.

e) a autoridade judiciária não poderá suspender a visita dos pais ou responsável.

**34.** A Lei nº 13.441/2017 disciplinou a infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e adolescentes, prevendo que:

a) a infiltração depende de autorização judicial, que estabelecerá os limites para a obtenção da prova, sem a oitiva prévia do Ministério Público.

b) a infiltração dar-se-á por requerimento do Ministério Público ou representação do delegado de polícia, demonstrando a sua necessidade, o alcance das tarefas policiais, os nomes ou apelidos dos investigados.

c) o prazo máximo será de 180 dias, sem prejuízo de eventuais renovações.

d) compete exclusivamente à autoridade judicial requisitar relatórios parciais da operação de infiltração antes do término do prazo.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

e) antes da conclusão da operação, o acesso aos autos será restrito ao juiz e ao delegado de polícia responsável pela operação.

**35.** O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que será adotado o sistema recursal do Código de processo Civil com algumas adaptações. Com base no ECA, assinale a alternativa correta:

a) os recursos serão interpostos independentemente de preparo e terão preferência de julgamento.

b) em todos os recursos, o prazo para o Ministério Público e para a defesa será sempre de 10 (dez) dias.

c) a autoridade judiciária deverá proferir despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão, no prazo de 10 (dez) dias, antes de determinar a remessa dos autos à instância superior.

d) mantida a decisão apelada ou agravada, o escrivão remeterá os autos ou o instrumento à instância dentro de 5 (cinco) dias, independentemente de novo pedido do recorrente.

e) a sentença que destituir o poder familiar dos genitores é apelável e possui efeito devolutivo e suspensivo *ope legis*.

**36.** A Lei do Sinase prevê que o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa que apresente indícios de transtorno mental, de deficiência mental, ou associadas, deverá ser avaliado por equipe técnica multidisciplinar e multissetorial. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

a) a avaliação realizada deverá ser incluída no PIA do adolescente, mas não há previsão de ações voltadas para a família.

b) as informações produzidas na avaliação serão públicas em obediência ao princípio da publicidade.

c) após ouvir o defensor e o Ministério Público, o juiz poderá suspender a execução da medida socioeducativa, com vistas a incluir o adolescente em programa de atenção integral à saúde mental.

d) o juiz não poderá suspender a execução da medida socioeducativa mas, após seu término,

podrá incluir o adolescente em programa de atenção integral à saúde mental que melhor atenda aos objetivos terapêuticos estabelecidos para o seu caso específico.

e) a suspensão da execução da medida socioeducativa será avaliada, no mínimo, anualmente.

**37.** A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo tempo de proteção à criança e ao adolescente, prevendo que:

a) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. O Supremo Tribunal Federal, inclusive, não veda que o filho busque suas origens biológicas motivado por razões econômicas.

b) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem mediante políticas específicas, sendo vedada a participação de entidades não governamentais.

c) A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, sendo vedada para estrangeiros.

d) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, sempre que possível e de acordo com as políticas públicas definidas, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

e) O direito à proteção especial abrangerá, por exemplo, a idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola, sem garantia de direitos previdenciários em razão da idade.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

**38.** Nos últimos anos, ganhou força no Brasil o movimento em favor do *homeschooling* (educação domiciliar). Não há um modelo único a ser seguido, de modo que a educação poderá ser de responsabilidade exclusiva dos pais, de terceiros ou num sistema híbrido. De acordo com o Supremo Tribunal Federal:

- a) não há qualquer óbice à adoção do *homeschooling*, visto tratar-se de manifestação do dever dos pais educarem seus filhos.
- b) os pais poderão adotar o *homeschooling*, sendo-lhes assegurada previsão internacional nesse sentido, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- c) a Constituição Federal veda de forma absoluta a adoção de ensino domiciliar.
- d) atualmente, caso os pais adotem o sistema de *homeschooling*, não poderão ser responsabilizados por ausência de previsão legal nesse sentido.
- e) a Constituição não veda de forma absoluta o ensino domiciliar, mas proíbe as espécies que não respeitem o dever de solidariedade entre família e Estado como núcleo da formação educacional.

**39.** O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e poderá:

- a) atender as crianças e adolescentes nas hipóteses de violação a seus direitos por abuso dos pais, podendo determinar a sua colocação em família substituta.
- b) atender e aconselhar os pais ou responsável, podendo encaminhá-los a serviços e programas comunitários de apoio da família.
- c) promover a execução de suas decisões, prestando serviços públicos na área de serviço social.
- d) promover a execução de suas decisões, por via própria, em caso de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- e) expedir notificações, certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário.

**40.** O tema da adoção no Brasil é um grande desafio. Hoje, possuímos mais famílias cadastradas para adoção, do que crianças disponíveis, mesmo diante desse cenário, o número de adoções ainda é reduzido. Isso se deve, em grande medida, pela discrepância entre o perfil da família e o perfil da criança. Enquanto às famílias aguardam crianças de tenra idade, os lares de adoção estão lotados de crianças mais velhas. Isso gera um descompasso aparentemente insolúvel em nosso sistema.

Tendo em vista a adoção, é regra hoje prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente que:

- a) a adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer antes do início ou no curso do procedimento.
- b) para adoção conjunta, é indispensável, no mínimo, que os adotantes sejam ou tenham sido casados civilmente ou que mantenham ou tenham mantido união estável.
- c) se um dos cônjuges ou companheiros adota o filho do outro, são rompidos os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou companheiro do adotante e os respectivos parentes.
- d) o procedimento de adoção internacional pressupõe a intervenção de organismos nacionais e estrangeiros, devidamente credenciados, encarregados de intermediar pedidos adoção internacional.
- e) a guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa do estágio de convivência.

**DIREITO PENAL**

Michael Avelar

41. Daniel, estagiário de Tecnologia da Informação (TI) do Banco, primário e de bons antecedentes, com dificuldades financeiras, em junho de 2021, subtraiu para si, através de dispositivo eletrônico com programa malicioso, grande quantidade de dinheiro que seria destinado à conta de milhares de clientes da instituição financeira. Processado, confessou a prática do crime de furto, dizendo ter acreditado que tirar centavos de cada conta não seria crime. Explicou como instalou o dispositivo eletrônico que utilizava servidor mantido na Argentina e que, de cada uma das contas invadida, tirava somente R\$0,70 (setenta) centavos que eram transferidos para conta de sua titularidade. Na dosimetria da pena, observado o critério trifásico da aplicação da reprimenda, deve o juiz:

- a) Condenar Daniel pela prática do furto qualificado pelo abuso de confiança; verificar a presença ou não da reincidência, analisar a conduta social e a personalidade de Daniel, depois a confissão feita pelo acusado e, por último, a causa de aumento de pena pela relevância do resultado gravoso.
- b) Condenar Daniel pela prática do furto qualificado mediante fraude eletrônica; analisar a conduta social e a personalidade de Daniel, depois verificar a presença ou não da reincidência, a confissão feita pelo acusado e a causa de aumento de pena pela relevância do resultado gravoso.
- c) Condenar Daniel pela prática de fraude eletrônica qualificada pelo abuso de confiança; analisar a conduta social e a personalidade de Daniel, depois verificar a presença ou não da reincidência, a confissão feita pelo acusado e a causa de aumento de pena pela relevância do resultado gravoso.
- d) Condenar Daniel pela prática de estelionato majorado pela fraude eletrônica; analisar a conduta social e a personalidade de Daniel, depois verificar a presença ou não da reincidência, a confissão feita pelo acusado e a causa de aumento de pena pela relevância do resultado gravoso.

e) Absolver Daniel pela prática de fraude eletrônica, tendo em vista a incidência de erro de proibição indireto. Isso porque o agente acreditava que desviar centavos das contas de clientes do Banco não seria crime, dada a quantidade baixa dos valores e a sua necessidade de pagar as contas do mês.

42. A respeito do entendimento Sumulado do STJ e STF, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.
- b) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- c) A execução da pena restritiva de direitos depende do trânsito em julgado da condenação.
- d) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, computando-se o acréscimo decorrente da continuação.
- e) O crime de fraude à licitação é formal e sua consumação prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem.

43. Acerca do instituto da Medida de Segurança, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A internação será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade.
- b) Para o STJ, o tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.
- c) para o STF, o prazo máximo de duração da medida de segurança seria aquele previsto no art. 75 do Código Penal, atualmente de 30 anos.
- d) O internado será recolhido a estabelecimento dotado de características hospitalares e será submetido a tratamento.
- e) O prazo mínimo da medida de segurança deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

**44.** Sobre o Princípio da Insignificância, assinale a alternativa **correta**:

a) É inadmitida a aplicação do Princípio da Insignificância, não comportando nenhuma mitigação, nos crimes praticados contra a Administração Pública.

b) A aplicação do princípio da insignificância envolve um juízo amplo (“conglobante”), que vai além da simples aferição do resultado material da conduta, abrangendo também a reincidência ou contumácia do agente, elementos que, embora não determinantes, devem ser considerados. A reincidência não impede, por si só, que o juiz da causa reconheça a insignificância penal da conduta, à luz dos elementos do caso concreto.

c) Para a incidência do princípio da insignificância, o Supremo Tribunal Federal designou a necessidade da existência dos seguintes requisitos subjetivos: mínima ofensividade da conduta; inexistência da periculosidade social da ação; reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; inexpressividade da lesão jurídica provocada.

d) O princípio da insignificância afasta a tipicidade formal da conduta.

e) Dado o caráter funcional do princípio da insignificância, a bagatela imprópria afasta a tipicidade material da conduta.

**45.** O Código Penal brasileiro disciplina regras para crimes realizados em concurso de pessoas. Com relação ao tema e as distintas compreensões envolvem a natureza jurídica do concurso de agentes, assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) O Código Penal Brasileiro adotou, como regra, a Teoria Monista, que preconiza que os sujeitos que participam do concurso de pessoas devem responder pelo mesmo fato criminoso, configurando-se o mesmo tipo penal.

b) Teoria pluralista aponta que deve haver a configuração de delitos autônomos para cada um dos agentes, conforme sua contribuição para a prática criminosa.

c) Teoria dualista entende que se configura um crime para os executores que praticam a conduta do núcleo do tipo (autores) e outro para os que, sem realizarem o núcleo do tipo, concorrem para sua realização (partícipes).

d) Quanto à teoria dualista, o entendimento amplamente majoritário é que há sua adoção em alguns casos, como de corrupção e de aborto.

e) Como regra geral, o Código Penal adotou a teoria Monista. Entretanto, alguns juristas apontam a adoção excepcional da teoria dualista, no caso da participação de menor importância e da cooperação dolosamente distinta, e da teoria pluralista, em casos excepcionais, como do aborto e da corrupção ativa e passiva.

**46.** Sobre os crimes contra a administração pública, alterados pela Lei nº 14.133/21, assinale a alternativa **incorreta**:

a) No crime de patrocínio de contratação indevida, é necessário, nessa modalidade de advocacia administrativa, que o patrocínio dê causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato. Assim, exigindo-se o resultado naturalístico para sua consumação, o crime é material.

b) Cuida-se de norma penal em branco, cujo complemento consiste em lei diversa, classificada como imprópria heterovitelina.

c) No crime de perturbação de processo licitatório, não há necessidade de verificar efetivo impedimento, perturbação ou fraude, isso porque se trata de delito de mera conduta.

d) Na violação de sigilo em licitação, o tipo penal é misto alternativo, prevendo as condutas de “devassar” e de “proporcionar”. A conduta incriminada, portanto, é de quebrar o sigilo ou propiciar que um terceiro o quebre.

e) No crime de afastamento de licitante, o tipo penal possui dois núcleos, que equiparam a forma tentada e a consumada, o que leva à classificação do delito como de atentado ou de mero empreendimento

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Leonardo Tavares

47. De acordo com o Código de Processo Penal, o inquérito policial

- a) observará ao princípio da publicidade, ressalvados os casos em que o sigilo for necessário à elucidação do fato.
- b) deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
- c) não poderá ser instaurado sem a representação do ofendido ou sua manifestação pelo interesse em ver processar o investigado.
- d) pode ser acessado pelo investigado e pelo seu defensor, que poderão requerer diligência para elucidação dos fatos, a qual deverá ser sempre realizada pela autoridade policial, salvo a existência de justificativa da sua impossibilidade.
- e) jamais poderá ser reaberto depois de arquivado por falta de base para a denúncia, situação em que ocorre a coisa julgada material.

48. A respeito da prisão em flagrante, de acordo com o Código de Processo Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que:

- a) considera-se flagrante presumido aquele em que o agente é perseguido, logo após a prática do fato, sendo encontrado em situação que faça presumir ser o autor da infração.
- b) em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, deverá ser realizada audiência de custódia, sendo que a inobservância de tal prazo, por imperativo de lei, é suficiente para ensejar o relaxamento da prisão e a colocação do preso em liberdade.
- c) a decretação da prisão preventiva não impede o reconhecimento de excesso de prazo na comunicação da prisão em flagrante.
- d) qualquer pessoa do povo que presencie a prática de um crime tem o dever legal de efetuar a prisão em flagrante, sob pena de responsabilização pela omissão.

e) no flagrante esperado, a polícia tem notícias de que uma infração penal será cometida e passa a monitorar a atividade de modo a aguardar o melhor momento para executar a prisão, não havendo que se falar em ilegalidade.

49. No tocante à prisão preventiva, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser devidamente fundamentada, não sendo suficiente a alusão genérica sobre a gravidade do delito, a comoção social ou a mera referência a termos legais, ou, ainda, a utilização da modalidade *per relationem* na motivação das decisões.
- b) Nos termos literais da lei, poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da investigação e da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício qualquer de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.
- c) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- d) Será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, hipótese em que a manutenção da custódia depende da permanência da situação de desconhecimento sobre a identidade.
- e) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 30 (trinta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.



**50.** A respeito das nulidades no processo penal, é correto afirmar

- a) considera-se sanada a nulidade por falta da acusação na sessão de julgamento do júri, quando não arguida no momento oportuno.
- b) a falta ou a deficiência de defesa, em matéria de processo penal, é causa de nulidade absoluta, prescindindo, portanto, de prova do efetivo prejuízo ao réu.
- c) é nulo o julgamento do recurso da apelação sem que tenha o réu sido intimado para constituir novo defensor, quando o anterior tenha renunciado.
- d) a falta ou a nulidade da intimação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumir-se, bem como que não seja o comparecimento para o único fim de argui-la, tendo em vista a impossibilidade de suspensão ou adiamento do ato.
- e) segundo entendimento uníssono dos tribunais superiores, o princípio do prejuízo não se aplica em relação às nulidades absolutas.

**51.** Sobre a prisão temporária prevista na Lei nº 7.960/1989, assinale a opção correta.

- a) É cabível apenas após a instauração do inquérito policial, mediante a representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público e terá duração de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- b) Tem como requisito ser possível apenas na investigação de determinados crimes, dentre os quais homicídio doloso, roubo, extorsão, tráfico de drogas e aqueles praticados contra o sistema financeiro.
- c) É cabível durante a investigação criminal ou ação penal, de ofício, mediante a representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público e terá duração de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- d) Os presos temporários deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos, sob pena de tornar a prisão ilegal e, nos termos da lei, ensejar o seu relaxamento.
- e) Quando houver representação pela prisão por parte da autoridade policial, o juiz deverá, antes de

**52.** “O Processo Penal é regido por uma série de princípios e regras que outra coisa não representam senão postulados fundamentais da política processual penal de um Estado” (Filho, 2011). No tocante aos princípios que regem o processo penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Em razão do princípio da presunção de inocência, a maior parte da doutrina brasileira compreende pela impossibilidade de execução da pena após a decisão de segundo grau.
- b) A inadmissibilidade das provas ilícitas no processo penal não impede que a autoridade policial, durante a realização da prisão em flagrante, tenha acesso aos dados celulares do conduzido, podendo a autorização judicial ser obtida posteriormente, mediante justificativa das razões.
- c) O princípio da proporcionalidade não é aplicável em relação às medidas cautelares diversas, na medida em que a taxatividade impera no que diz respeito a restrições a direitos fundamentais (liberdade).
- d) A garantia do juiz natural impede que o réu venha a ser julgado por juiz designado pontualmente após a instauração da ação penal correspondente, inclusive em mutirões instalados para a prestação jurisdicional mais célere.
- e) O princípio constitucional do *nemo tenetur se detegere* ou vedação à autoincriminação impede que o silêncio do acusado no momento de seu interrogatório seja utilizado em seu prejuízo; assim como que a atribuição de falsa identidade com objetivo de autodefesa seja incriminada.

**LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

Ivan Marques

**53.** nas situações em que o juiz aplicar a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, esta deverá ser de prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, em uma das seguintes atividades:

- a) Relacionadas ao auxílio a agentes de fiscalização.
- b) Relacionadas à divulgação de informações a respeito dos malefícios da embriaguez ao volante.
- c) Relacionadas à conservação da pavimentação para coibir novos acidentes.
- d) Relacionadas ao resgate, atendimento e recuperação de vítimas de acidentes de trânsito.
- e) Relacionadas à prestação pecuniária.

**54.** Pedro, agente da Polícia Penal, submeteu Ricardo, sob sua autoridade, com emprego de violência, a intenso sofrimento físico, como forma de aplicar castigo pessoal. A condenação criminal pela conduta descrita, acarretará a:

- a) Perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.
- b) Suspensão não remunerada do cargo pelo triplo do prazo da pena aplicada.
- c) Perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- d) Suspensão não remunerada do cargo pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- e) Perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo mesmo do prazo da pena aplicada.

**55.** Em relação às armas de fogo e às empresas de segurança privada, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Serão de propriedade das respectivas empresas, podendo ser utilizadas quando em serviço ou fora dele.
- b) O certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal ficarão no nome dos empregados apenas durante a vigência do contrato de trabalho em regime especial.
- c) Cada empresa criará seus protocolos de segurança em relação ao uso e armazenagem.
- d) Deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou

outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob a guarda do proprietário da empresa privada acarreta em sua responsabilidade criminal por omissão.

e) A listagem dos empregados das empresas privadas de segurança deverá ser atualizada anualmente junto ao Sinarm.

**56.** A respeito dos recursos previstos na Lei nº 9.099/95, indique a única alternativa correta:

- a) Cabe recurso em sentido estrito da decisão judicial que rejeitar a denúncia por falta de justa causa.
- b) Da decisão de homologação da composição dos danos civis cabe apelação.
- c) Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão.
- d) Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.
- e) Admite-se Recurso Especial em face de decisão proferida por Turma Recursal.

**57.** Quanto à instrução criminal, na Lei de Drogas, há menção expressa a:

- a) Queixa-crime.
- b) Resposta à Acusação - RA.
- c) Procedimento Criminal Diverso - PCD.
- d) Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI.
- e) Procedimento de Investigação Criminal - PIC.

**58.** No âmbito das medidas protetivas de urgência, com relação à proibição de condutas, não integra o rol:

- a) aproximação da ofendida e de seus familiares.
- b) afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.
- d) contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação.
- e) a fixação limite mínimo de distância entre eventuais testemunhas e o agressor.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Nelma Fontana

59. O artigo 125, § 3º, da CF/88, dispõe que “lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juizes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.” Essa norma constitucional, conforme doutrina clássica, é de eficácia

- a) limitada, declaratória de princípio institutivo.
- b) contida e aplicabilidade diferida.
- c) limitada, declaratória de princípio programático.
- d) contida e aplicabilidade imediata.
- e) plena e aplicabilidade direta e imediata.

60. A respeito do conceito, formação, fontes e relações com outros ramos do Direito, indique a única afirmativa correta a respeito do Direito Constitucional.

- a) A Constituição Federal embora seja a fonte suprema do Direito Constitucional, não é a única. Doutrina e jurisprudência também produzem, ainda que de modo acessório, normas jurídicas destinadas à organização do Estado. Entretanto, a partir do constitucionalismo moderno, momento em que foi consagrado o modelo de constituições escritas, não mais se admitiu o costume como fonte do Direito Constitucional.
- b) A palavra Constituição é recente, surgiu entre os Séculos XVI e XVII, após as Guerras Religiosas. Todavia, desde a Antiguidade, tem-se a ideia de Constituição (concepção de organização de uma sociedade), mesmo sem leis escritas, como foi o caso dos Hebreus, por exemplo, que buscavam nas tábuas dos mandamentos e na orientação dos profetas as normas de sua organização.
- c) Ferdinand Lassalle, precursor da social democracia alemã, defendeu ser a Constituição uma decisão política fundamental, um conjunto de opções políticas de um Estado, e não um reflexo da sociedade.

d) De acordo com o sentido Jurídico idealizado por Hans Kelsen, a Constituição consiste num sistema de normas jurídicas que regulam outras normas e dão validade a todo o ordenamento jurídico. A validade do Direito posto, nessa concepção jurídica, prima pela aceitação de valores sociais e morais de uma comunidade.

e) As normas da atual Constituição brasileira são materialmente e formalmente constitucionais.

61. O Estado de Goiás, por lei de iniciativa parlamentar, ampliou as condições de isenção de IPVA. O Governador, inconformado, pretende levar a matéria ao conhecimento do Poder Judiciário, porque a seu ver, a lei é formalmente inconstitucional, uma vez que matéria tributária é assunto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. A respeito do caso hipotético, indique a única assertiva correta.

- a) O Governador de Goiás tem razão, porque a Constituição Federal reservou ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que tratam de matéria tributária.
- b) Não assiste razão ao Governador, porque matéria tributária só é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo no âmbito federal.
- c) O Governador está equivocado, uma vez que matéria tributária é da iniciativa concorrente, de forma que o projeto de lei pode ser apresentado tanto pelo Governador quanto pelos deputados estaduais.
- d) Para questionar a inconstitucionalidade, o Governador deveria ter vetado o projeto de lei, pois a sanção convalidou o vício de iniciativa.
- e) A lei estadual é inconstitucional, mas não pela razão apresentada pelo Governador e sim porque norma geral em matéria tributária é assunto da competência da União.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

**62.** A respeito das Súmulas Vinculantes e do controle de constitucionalidade, aponte a alternativa correta.

a) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante, para dirimir controvérsia a respeito de determinada matéria.

b) A Súmula Vinculante, a partir de sua publicação na imprensa oficial, vincula aos demais órgãos do Poder Judiciário, ao Executivo, ao Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

c) Podem propor Súmula Vinculante os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade, além de outros autorizados por lei infraconstitucional.

d) A ação direta de inconstitucionalidade pode ser utilizada para combater Súmula Vinculante que contém ofensa direta ao texto da Lei Maior.

e) O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que autoriza a suspensão do processo.

**63.** O artigo 29 da Lei 7.210/1984 estabelece que “o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.” A respeito do tema, considerando o disposto na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

a) O dispositivo legal, ao fixar a remuneração do preso em patamar inferior ao salário mínimo, afrontou norma constitucional que assegura direito do trabalhador.

b) O preso, no exercício de atividade laboral é equiparado aos demais trabalhadores e faz jus aos direitos prescritos na Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 7º da Constituição Federal.

c) O dispositivo legal afronta norma constitucional e pode ser combatido por meio de ação direta de inconstitucionalidade, cuja competência originária é do Supremo Tribunal Federal.

d) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o patamar mínimo diferenciado de remuneração dos presos previsto no dispositivo legal não representa violação aos princípios da dignidade humana e da isonomia, sendo inaplicável à hipótese a garantia de salário mínimo prevista no artigo 7º, IV, da Constituição Federal.

e) O artigo 29, *caput*, da Lei 7.210/1984 é contrário ao disposto no artigo 7º, IV, da CF/88, motivo pelo qual é inconstitucional e deverá ser expurgado do ordenamento jurídico. Para combater essa violação à Constituição Federal será cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

**64.** A respeito da competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, indique a alternativa correta, conforme disposto na Constituição Federal.

a) Compete privativamente à União legislar sobre dano ao meio ambiente, embora a competência para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição seja concorrente.

b) Sendo a responsabilidade por dano ao meio ambiente decorrente dos assuntos de interesse regional, conforme a realidade do lugar, a competência legislativa é privativa dos estados e do Distrito Federal.

c) A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre assuntos específicos pertinentes ao dano ao meio ambiente.

d) A competência para legislar sobre dano ao meio ambiente é concorrente, cabendo à União dispor sobre as normas gerais e, aos estados, sobre as normas específicas.

e) As normas gerais supervenientes editadas pela União acerca do tema revogam as leis estaduais nos pontos contrários.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

**65.** A respeito do Poder Legislativo, indique a alternativa correta.

a) A instauração de processo criminal contra Deputados e Senadores depende de prévia autorização legislativa, por decisão da maioria absoluta dos membros da respectiva Casa do Congresso Nacional.

b) A criação de CPI depende de requerimento de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Senado, em conjunto ou separadamente.

c) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o Procurador-Geral da República por crime de responsabilidade.

d) Em regra, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões são tomadas por maioria absoluta de seus membros.

e) As Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, diferentemente do que se aplica às Comissões Parlamentares de Inquérito, não podem convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto determinado.

**66.** A respeito da segurança pública, consoante redação da Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa incorreta.

a) É inconstitucional a vedação legal de porte de arma de fogo aos guardas municipais de municípios com menos de quinhentos mil habitantes.

b) Guardas civis municipais, diferente dos policiais civis, federais e rodoviários, não têm direito à aposentadoria especial por exercício de atividade de risco.

c) Os servidores policiais integrantes das polícias civis serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, o teto constitucional.

d) A polícia federal é órgão permanente instituído por lei para, dentre outras atribuições, exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

e) As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, exercem com exclusividade, no âmbito do Estado-membro, as funções de polícia judiciária, cabendo-lhes, ainda, a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

---

**DIREITO ELEITORAL**

Ricardo Torques

**67.** Em relação os órgãos da Justiça Eleitoral, sua composição e organização, assinale a alternativa correta:

a) A Constituição Federal prevê apenas o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais como órgãos da Justiça Eleitoral.

b) O Tribunal Superior Eleitoral será composto por sete membros escolhidos mediante eleição e por nomeação do Presidente da República.

c) O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral serão eleitos dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

d) Considerando que duas vagas dos Tribunais Regionais Eleitorais serão ocupadas por advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, exige-se a participação da Ordem dos Advogados do Brasil no procedimento de indicação.

e) O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os desembargadores e juízes.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

**68.** Considerando as hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº 64 de 1990, é correto afirmar:

a) Para concorrência a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até 6 (seis) meses antes do pleito, assim como os respectivos vices.

b) São também inelegíveis aqueles que tenham sido condenados pela prática de crimes culposos ou definidos como de menor potencial ofensivo.

c) A arguição de inelegibilidade será feita perante o Tribunal Superior Eleitoral, quando se tratar de candidato a Presidente, Vice-Presidente ou Senador da República.

d) A arguição de inelegibilidade será feita perante os Tribunais Regionais Eleitorais quando se tratar de candidato a Governador, Vice-Governador de Estado, Prefeito e Vice-Prefeito.

e) A impugnação realizada por candidato, partido político ou coligação não impede que o Ministério Público ajuíze ação no mesmo sentido.

**69.** Em relação à filiação partidária disciplinada pela Lei nº 9.096/95, pode-se afirmar:

a) O eleitor que não estiver no pleno gozo de seus direitos políticos poderá filiar-se a partido, mas não poderá candidatar-se.

b) Considera-se deferida a filiação partidária quando do atendimento das regras estatutárias do partido, devendo ser entregue comprovante ao interessado.

c) Nos casos de mudança de partido de filiado eleito, esse deverá intimar pessoalmente a agremiação partidária e dar-lhe ciência de sua saída, a partir do que passarão a ser contados os prazos para ajuizamento das ações cabíveis.

d) O cancelamento da filiação partidária verifica-se nos casos de morte, perda ou suspensão dos direitos políticos, expulsão ou outras formas previstas no estatuto, com comunicação obrigatória ao atingido no prazo de três dias da decisão.

e) Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliou, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito. Considera-se justa causa a mudança substancial ou o desvio reiterado do programa partidário, mas não a discriminação política pessoal.

**70.** Considerando as disposições da Lei nº 9.504/97 sobre o registro de candidatos, assinale a alternativa correta:

a) Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher. Em se tratando de Municípios de até cem mil eleitores, o percentual será elevado a 200% (duzentos por cento) do número de lugares a preencher.

b) Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá de forma paritária para candidaturas de cada sexo, ou seja, 50% (cinquenta por cento) para homens e 50% (cinquenta por cento) para mulheres.

c) No caso de as convenções para a escolha de candidatos não indicarem o número máximo de candidatos, as vagas remanescentes não poderão ser preenchidas posteriormente.

d) Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até a meia noite do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

e) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade será obrigatoriamente verificada tendo por referência a data da posse.

**DIREITO EMPRESARIAL**

Alessandro Sanchez

**71.** Sobre o direito de empresa, é correto afirmar que:

- a) A empresa individual de responsabilidade limitada poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.
- b) O nome da empresa individual de responsabilidade limitada será por meio de firma formada pela inclusão da expressão “EIRELI”, após a designação da atividade desenvolvida.
- c) É dispensada a integralização do capital para se constituir uma empresa individual de responsabilidade limitada.
- d) É vedado constituir empresa individual de responsabilidade limitada para a prestação de serviços de qualquer natureza, cuja remuneração decorra da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional.
- e) A pessoa física ou natural poderá constituir e figurar como sócia em mais de uma empresa individual de responsabilidade limitada, desde que, devidamente limitada a sua participação em relação a cada uma das sociedades constituídas.

**72.** De acordo com que dispõe o Código Civil a respeito ao Direito Empresarial, assinale a alternativa incorreta:

- a) O incapaz (menor de idade ou interditado) pode ser empresário individual excepcionalmente, conforme consta dos arts 974 ao 976 do Código Civil. Sendo que, para a criação da empresa, dependerá de representação ou assistência.
- b) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos;
- c) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas;
- d) Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes.
- e) Nenhuma das anteriores

**73.** Assinale a alternativa incorreta.

- a) O empresário casado pode, desde que com outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- b) O empresário individual não tem personalidade jurídica, não há separação patrimonial, isso significa que ele é titular de um único patrimônio, o qual envolve os bens pessoais e também os bens empresariais.
- c) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- d) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
- e) Nenhuma das anteriores

**74.** Em pagamento do preço acordado pela venda de uma moto, Flávio emitiu um cheque em favor de Christian no dia 20 de julho de 2017. Porém, anotou o dia 30 de novembro de 2017 como sendo a data de emissão do cheque, ajustando com Felipe que o título somente deveria ser apresentado para pagamento depois dessa data. Cabe o destaque, ainda, que Flávio cruzou o instrumento.

Levando em consideração o caso em tela apresentado, marque a alternativa correta:

- a) Christian poderá riscar o nome do banco indicado entre os traços paralelos, hipótese em que o cruzamento especial ficará convertido em cruzamento geral.
- b) O cruzamento do cheque tem o efeito legal de impedir que o título seja endossado.
- c) O banco sacado deverá se recusar a pagar o cheque se apresentado para pagamento antes da data de emissão dele constante.
- d) Se Christian apresentar o cheque para pagamento antes da data de emissão constante do título, ficará sujeito ao pagamento de indenização por danos morais a Flávio.
- e) Nenhuma das anteriores.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

**75.** Sobre a falência, é possível dizer que:

- a) A decretação da falência implica a suspensão de todas as ações propostas contra o devedor, inclusive as que demandarem quantia ilíquida.
- b) Contra o ato judicial que decreta a falência cabe apelação, que possui efeitos devolutivo e suspensivo.
- c) A falência do locador não resolve o contrato de locação; falindo o locatário, o administrador judicial poderá denunciar o contrato a qualquer tempo.
- d) A inabilitação imposta ao empresário falido tem caráter perpétuo.
- e) A ineficácia se dá em todos os atos de falência.

**76.** Tem-se que registro do empresário é considerado constitutivo, requisito da atividade empresarial. Além disso inscrição do empresário, no que se refere ao tempo, deve ser requerida no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede:

- a) Antes do início de sua atividade.
- b) Logo após o início de sua atividade.
- c) Antes ou logo após o início de sua atividade.
- d) Antes ou durante o exercício de sua atividade.
- e) Concomitantemente ao exercício da atividade.

---

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

Mateus Pontalti

**77.** De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte
- b) Incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público
- c) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.
- d) O ICMS não incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.

e) O IPVA não pode incidir sobre embarcações e aeronaves, desde que exista lei estadual nesse sentido.

**78.** Assinale a alternativa incorreta:

- a) Cabe à Lei Complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- b) Como regra geral, cabe à lei ordinária instituir tributos, ressalvadas apenas as hipóteses em que a Constituição determinou expressamente à lei complementar essa incumbência.
- c) A Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
- d) Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, enquadrando-se nesse conceito, dentre outras matérias, a definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
- e) A lei ordinária pode definir tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados.

**79.** Sobre o IPI, assinale a alternativa incorreta.

- a) O IPI deve ser seletivo, variando em função da essencialidade do produto.
- b) O IPI deve ser não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
- c) É inconstitucional a cobrança do imposto de produtos industrializados na importação de veículo automotor por pessoa natural que o faça para uso próprio.
- d) A Constituição estabelece hipótese de imunidade do IPI com relação aos produtos destinados ao exterior.
- e) O IPI terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.



**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

**80.** A respeito das causas de suspensão de crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o Código Tributário Nacional, a transação suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- b) A interposição da exceção de pré-executividade, por si só, suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- c) A reclamação e o recurso administrativo possibilitam a suspensão do crédito tributário. E, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a exigência de depósito prévio de bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- d) A adesão a parcelamento interrompe o prazo prescricional.
- e) Em todas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o contribuinte faz jus à certidão negativa de débitos.

**81.** Julgue os itens a seguir:

- i) A capacidade contributiva relativa (ou subjetiva) determina que, ao criar uma norma tributária, a lei deve levar em consideração circunstâncias que efetivamente denotem a existência de capacidade econômica do contribuinte.
  - ii) A capacidade contributiva absoluta (ou objetiva) diz respeito à medida da tributação. Tem como objetivo estabelecer parâmetros sobre a intensidade do poder de tributar.
  - iii) Os impostos sempre devem ter caráter pessoal, sob pena de ofensa ao princípio da capacidade contributiva.
- a) Todos os itens estão corretos.
  - b) Nenhum dos itens está correto.
  - c) Apenas os itens i e ii estão corretos
  - d) Apenas os itens ii e iii estão corretos.
  - e) Apenas o item iii está correto.

**82.** Assinale a alternativa incorreta:

- a) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo
- b) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.
- c) O instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.
- d) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, ainda quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;
- e) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, dois são os fundamentos que justificam a existência do instituto da denúncia espontânea: o primeiro é de ordem ética, por valorizar o comportamento de quem espontaneamente regulariza sua situação junto ao fisco; o segundo fundamento é econômico, pela redução dos custos incorridos pela administração tributária na fiscalização das atividades dos contribuintes.

**DIREITO AMBIENTAL**

Thiago Leite

**83.** Quanto à tutela constitucional do meio ambiente assinale a alternativa correta:

- a) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio da União, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- b) Lei estadual pode vedar a instalação de usinas que operem com reator nuclear em seu respectivo território, tendo em vista a melhor proteção ambiental.
- c) A competência material em sede tutela ambiental é concorrente entre Estados, DF e Municípios.
- d) Incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a criação e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- e) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

**84.** Quanto à Política Nacional de Resíduos Sólidos marque a alternativa correta:

- a) Dentre os instrumentos da PNRS encontram-se os acordos setoriais, a coleta seletiva e os sistemas de logística reversa.
- b) A Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, também se aplica aos rejeitos radioativos.
- c) Os resíduos sólidos, quanto à sua origem, podem ser classificados em perigosos e não perigosos.
- d) A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 10 (dez) anos, a ser atualizado a cada 3 (três) anos

e) O gerador de resíduos sólidos domiciliares não tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta, haja vista o princípio da responsabilidade compartilhada.

**85.** Quanto à tutela processual do meio ambiente assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da máxima atipicidade da tutela coletiva, denominado também de princípio da não-taxatividade, ventila a ideia de que existem ações judiciais específicas para a tutela dos direitos coletivos.
- b) A ação civil pública é instrumento inadequado para a tutela processual do meio ambiente.
- c) O microsistema da tutela coletiva brasileiro, que inclui a tutela ambiental, é o conjunto formado pelas normas processuais, materiais e heterotópicas sobre processo coletivo nas diversas normas jurídicas positivadas.
- d) É possível a condenação em dano moral coletivo ambiental se provados a dor e o abalo psíquico sofridos pela comunidade atingida.
- e) No dano ambiental coletivo há violação ao equilíbrio ecológico e/ou ambiental, não podendo gerar danos reflexos a interesses individuais.

**86.** Sobre saneamento básico assinale a alternativa correta:

- a) Compete aos Estados e DF instituir diretrizes para o saneamento básico.
- b) Saneamento básico pode ser conceituado como o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário (sistema de esgoto), limpeza urbana, incluindo o manejo dos resíduos sólidos (lixo) e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.
- c) Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base, dentre outros, no princípio fundamental da disponibilidade, nas áreas rurais, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

d) O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer a plano nacional de saneamento básico elaborado pela União para o conjunto de Municípios atendidos.

e) Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada primordialmente por subsídios ou subvenções do Poder Público.

**87.** Marcos é proprietário de um imóvel rural com vegetação de cerrado no estado do Mato Grosso, não havendo área de preservação permanente na área. Esse imóvel deixou de ter área de reserva legal porque o proprietário anterior a suprimiu. Nessa situação, Marcos

a) Deve recuperar pelo menos 80% de sua propriedade à título de reserva legal.

b) Deve recuperar pelo menos 20% de sua propriedade à título de reserva legal.

c) Não tem o dever de recuperar a área de reserva legal, já que o responsável pelo desmatamento foi o antigo proprietário.

d) Deve recuperar pelo menos 35% de sua propriedade à título de reserva legal.

e) Deve recuperar pelo menos 50% de sua propriedade à título de reserva legal.

**88.** Quanto ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação assinale a alternativa correta:

a) O objetivo básico das Unidades de Uso sustentável é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.

b) A Reserva Biológica pode ser composta por posse e domínio públicos ou privados.

c) A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral pouco extensa, sem ocupação humana, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

d) A Área de Relevante Interesse Ecológico pode ser constituída por terras públicas ou privadas.

e) A criação de qualquer unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade.

---

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Rodolfo Penna

**89.** O controle administrativo é o conjunto de instrumentos estabelecidos pela ordem jurídica para que a própria Administração Pública, os Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o povo possam controlar os órgãos, entidades e agentes públicos, por meio da fiscalização, orientação e revisão da atuação administrativa. Sobre o controle administrativo, assinale a alternativa correta:

a) O controle de legalidade ou juridicidade de um determinado ato administrativo considerado inválido, poderá resultar em sua revogação.

b) O controle finalístico exercido pela Administração direta sobre as entidades da administração indireta decorre do escalonamento vertical da estrutura da Administração.

c) O pedido de reconsideração é direcionado à autoridade superior para que reavalie uma decisão proferida por outro agente público hierarquicamente inferior.

d) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

e) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

**90.** Com base nas disposições da nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, assinale a opção correta.

- a) A nova lei de licitações possui um prazo de *vacatio legis* de 02 anos.
- b) A Administração Pública, pelo prazo de 02 anos, após a publicação da Lei 14.133/2021, poderá optar por licitar de acordo com nova Lei de Licitações ou de acordo com as Lei 8.666/93, admitida a combinação de leis.
- c) A nova lei de licitações revogou a Lei 8.666/93 na data de sua publicação.
- d) As disposições penais, relativas aos crimes e suas respectivas penas, previstas na Lei 8.666/93 permanecem em vigor, pelo prazo de 02 anos, após a publicação da nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021.
- e) Até o prazo de 02 anos, após a publicação da nova Lei de Licitações, permanece em vigor a Lei do Pregão, Lei 10.520/02.

**91.** Considerando-se as disposições da CF e o entendimento dos Tribunais Superiores sobre Organização Administrativa, é correto afirmar que:

- a) As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, integrantes da Administração indireta, são pessoas jurídicas de direito privado, decorrentes da desconcentração administrativa.
- b) A criação de empresas estatais é expressão da descentralização administrativa e ocorre da mesma forma da instituição de autarquias.
- c) É prescindível a autorização legislativa para a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia.
- d) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários, e não usuários do serviço.
- e) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e empresa pública, e autorizada a instituição de sociedade de economia mista, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

**92.** Conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca da regra constitucional dos servidores públicos, é incorreto afirmar que

- a) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
- b) Os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.
- c) Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.
- d) A fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.
- e) O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.

**93.** Relativamente aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o STJ a aplicação da pena de demissão e de cassação de aposentadoria, quando comprovado que a conduta do investigado se amolda a essas hipóteses, é ato discricionário, cabendo à autoridade, verificados os critérios definidos em lei, aplicar penalidade mais adequada ao caso.
- b) A sanção sofrida por um particular em caso de descumprimento de cláusula de contrato administrativo firmado com a Administração Pública constitui manifestação do poder de polícia.
- c) A discricionariedade somente pode ser exercida em relação ao motivo e ao objeto do ato administrativo.
- d) O mandado de segurança contra ato administrativo no exercício de competência delegada deve ser impetrado em face da autoridade delegante, titular da competência.
- e) O poder de polícia administrativa é indelegável.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

**94.** No que diz respeito ao tema Serviços Públicos, assinale a alternativa correta

- a) O Poder Judiciário tem competência para autorizar, desde que a título precário, a prestação de serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa.
- b) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do Poder Concedente implicará a encampação da concessão.
- c) A interrupção do serviço público, por inadimplemento do usuário, após prévio aviso, poderá iniciar-se na sexta-feira. Entretanto, não poderá ocorrer no sábado ou no domingo, nem em feriado.
- d) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando o débito decorrer de irregularidade no hidrômetro ou no medidor de energia elétrica, apurada unilateralmente pela concessionária.
- e) É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do usuário decorrer de débitos pretéritos, uma vez que a interrupção pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo.

**95.** No que diz respeito ao tema improbidade administrativa, assinale a alternativa correta

- a) É cabível a apreensão de passaporte e a suspensão da CNH no bojo do cumprimento de sentença proferida em ação de improbidade administrativa.
- b) Os agentes políticos, com exceção do Presidente da República e dos Governadores, encontram-se sujeitos a duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.
- c) Nos termos da jurisprudência do STJ, é possível a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.

- d) Configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- e) Não é possível acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa em fase recursal.

**96.** Acerca dos bens públicos, é correto afirmar que

- a) Os bens das empresas públicas prestadoras de serviços públicos se sujeitam à penhora, ainda que estejam diretamente ligados à prestação de serviços.
- b) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, ainda que desafetados, na forma que a lei determinar.
- c) Os bens públicos dominicais estão sujeitos a usucapião.
- d) A ocupação indevida de bem público configura mera posse, de natureza precária, suscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
- e) Bem público imóvel será alienado mediante licitação na modalidade leilão, independentemente do valor do bem, atendidos os demais requisitos legais.

---

**DIREITO AGRÁRIO**

Thiago Leite

**97.** Quanto à usucapião constitucional rural assinale a alternativa correta:

- a) Tendo em vista o caráter especial da usucapião constitucional rural é permitida sua aplicação em imóveis públicos.
- b) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a setenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- c) A ação de usucapião constitucional rural é uma ação pessoal, cuja sentença possui natureza condenatória.

**Simulado TJ GO – Juiz – 20/06/21**

d) O foro competente é o do domicílio do réu.

e) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

**98.** Sobre a teoria geral do direito agrário assinale a alternativa correta:

a) Entende-se por "Empresa Rural" o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados pelo Poder Executivo.

b) Compete aos Estados e DF legislarem sobre direito agrário.

c) A dimensão da área dos módulos de propriedade rural será fixada de forma uniforme para cada Município, independente do tipo de exploração rural que nela possa ocorrer.

d) É assegurado às populações indígenas o direito de propriedade das terras que ocupam ou que lhes sejam atribuídas de acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas.

e) A função social da propriedade rural é cumprida quando se obedece ao plano diretor do Município.

**99.** Quanto aos contratos agrários assinale a alternativa correta:

a) O proprietário pode exigir do arrendatário ou do parceiro, desde que conste de forma expressa em contrato, a exclusividade da venda da colheita.

b) Dentre os princípios aplicáveis aos contratos agrários está o da equivalência das prestações, que devem traduzir-se em ganhos para ambas as partes, ou seja, as prestações dos contratos devem ser equilibradas e justas.

c) É vedado, em qualquer hipótese, contrato de arrendamento ou parceria na exploração de terras de propriedade pública.

d) O arrendatário, para iniciar qualquer cultura cujos frutos não possam ser recolhidos antes de terminado o prazo de arrendamento, poderá ajustar, posteriormente, com o arrendador, a forma de pagamento do uso da terra por esse prazo excedente.

e) O arrendatário, ao termo do contrato, tem direito à indenização das benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias, independente de autorização do proprietário do solo.

**100.** Sobre a reforma agrária assinale a alternativa correta:

a) A Reforma Agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do módulo rural.

b) A lei garantirá tratamento especial à propriedade improdutivo, visando torná-la produtiva, e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

c) A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que para fins de reforma agrária, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

d) Cabe à lei ordinária federal estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação para fins de reforma agrária.

e) É insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária a propriedade produtiva.

## Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-GO-Juiz-20-06-21>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores.*

*Clique no link conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>